



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



CAPA DO PROCESSO LICITATÓRIO

**PROCESSO Nº 006/2022
DISPENSA Nº 005/2022**

DATA DA ABERTURA: 21/02/2022

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS PANIFICADO.



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



REQUISIÇÃO

De: Gabinete da Presidência
Para: Comissão Permanente de Licitação
Data: 21/02/2022

Presidente da CPL,

Considerando a necessidade de Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado;

Considerando que a proposta apresentada pela empresa JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696, preenche as reais necessidades da Câmara Municipal;

Considerando a razoabilidade do preço ofertado, o qual está condizente com a realidade do mercado, tudo conforme pesquisas de mercado levadas a efeito pelo Gabinete da Presidência.

RESOLVE:

- Requisitar a abertura de procedimento licitatório para Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, através da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696** por dispensa de licitação (art. 24, inc. II da Lei 8.666/93), desde que este procedimento seja o mais viável e aconselhável para a contratação em apreço, salientando que a Assessoria Jurídica deverá à época oportuna, emitir Parecer acerca da contratação, observando rigorosamente todos os ditames legais e atual entendimento jurisprudencial.

DIVINO VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E MENOR VALOR ORÇADO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificados.

1.2. Composição de custos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID	VALOR	TOTAL
01	PÃO FRANCÊS APROXIMADAMENTE 50 grs CARACTERÍSTICAS: PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO, SAL, E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCO CREME, DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME (RESOLUÇÃO RDC n. 90/2000 DA ANVISA) ENTREGA CONFORME SOLICITAÇÃO EM EMBALAGENS PLASTICAS ESTEREIS	10	KG	12,90	R\$ 129,00
02	PÃO DOCE PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÓLEO E GORDURA, COM TEXTURA MACIA, COM SABOR VARIADO, COM CASCA MACIA DE COR UNIFORME, CASTANHA ESCURA, MIOLO DE COR BRANCO, CREME DE TEXTURA FINA E UNIFORME.	10	KG	12,90	R\$ 129,00
03	SALGADOS (MINI – TIPO FESTA): VARIADOS (EMPANADOS, ESPERTINHO, COXINHAS DE FRANGO, ESFIRRA, QUIBES, PASTEIS FRITOS E ASSADOS, ENROLADINHOS, EMPADINHA ETC).	9.000,00	UND	0,65	R\$ 5.850,00
04	ROSCA, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO, AÇUCAR E LEITE, APRESENTAÇÃO ASSADO, FORMATO TIPO TRANÇA – RECHEIO LEITE CONDENSADO E CÔCO, TOMANHO GRANDE.	150	UND	8,00	R\$ 1.200,00
05	BOLO REDONDO VÁRIOS SABORES	80	UND	8,00	R\$ 640,00
06	PÃO DE QUEIJO, SABOR QUEIJO SEM RECHEIO – INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO E QUEIJO – APRESENTAÇÃO ASSADO, TAMANHO MÉDIO (38 gr und.)	12	KG	26,90	R\$ 322,80
07	PÃO DE CACHORRO QUENTE, TAMANHO GRANDE	700	UND	0,60	R\$ 420,00
				Total	8.690,80

1.3. O objeto licitado deverá ser entregue conforme especificado no instrumento contratual. Havendo irregularidades a contratada terá 24 (vinte e quatro) horas para solução do problema.



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O julgamento das propostas será objetivo, pelo critério do menor preço global, visando à obtenção do menor preço, de acordo com a Lei nº 8666/93 e suas alterações.

4. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

4.1. Estima a presente aquisição em R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

5. JUSTIFICATIVA

5.1. Justifica-se a necessidade da compra de Produtos de Padaria para atender as necessidades da Câmara Municipal.

6. PRAZO DE INÍCIO

6.1. Até 02 (dois) dias, após emissão da Ordem de serviços.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO

CERTIFICO que foram efetivamente promovidas PESQUISAS DE MERCADO acerca da possível contratação de empresa para o serviço de reparo no forro de gesso, objeto deste processo administrativo, tendo sido utilizado o orçamento feito com os licitantes em anexo, para a sua concretização, tendo sido pesquisadas as seguintes empresas:

1. JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696 – R\$ 8.690,80
CNPJ: 24.156.299/0001-36
2. PANIFICADORA CONFEITARIA E LANCHONETE KATUTA LTDA-R\$ 16.620,30
CNPJ: 86.679.578/0001-31
3. PADARIA E CONFEITARIA ESQUINÃO JK LTDA - ME – R\$ 10.295,00

Senhora do Porto/MG, 21 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de quitandas e outros gêneros de padaria

1. DADOS DA EMPRESA:

Razão social : JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696
Nome Fantasia : PADARIA DO DENDINHO
CNPJ : 24156299/0001-36
Endereço : PRACA MONSENHOR JOSÉ COELHO, 130, CENTRO, SENHORA DO PORTO
Telefone : 33988315465
E-mail : dendinho2015@hotmail.com

2. DADOS DO REPRESENTANTE:

Nome : JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAUJO
RG :
CPF : 009.496.896-96

3. DOS VALORES ORÇADOS

ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL(R\$)
01	Pão francês aproximadamente 50 grs, características: produto fermentado, preparado com farinha de trigo, sal, e água, que se caracteriza por casca crocante de cor uniforme castanho dourado e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme. (resolução rdc n. 90/2000 da anvisa). entrega conforme solicitação em embalagens plásticas estéreis.	Kg	10	12,90	R\$ 129,00
02	Pão doce preparado com farinha de trigo especial, óleo e gordura, com textura macia, com sabor variado, com casca macia e cor uniforme, castanha escura, miolo de cor branco, creme de textura fina e uniforme	Kg	10	12,90	R\$ 129,00
03	Salgados (Mini - Tipo Festa): Variados (Empanados, Espetinho, Coxinhas de Frango, Esfirra, Quibes, pasteis fritos e assados, Enroladinhos, Empadinha, etc).	Unid	9.000,00	0,65	R\$ 5.850,00
04	Rosca, ingredientes: farinha de trigo,	Unid	150	8,00	R\$ 1.200,00

07
Visto

	fermento, açúcar e leite, apresentação assado. formato tipo trança – recheio leite condensado e côco, tamanho grande.				
05	Bolo redondo vários sabores	Unid	80	8,00	R\$ 640,00
06	Pão de queijo, sabor queijo sem recheio – ingredientes: farinha de trigo, fermento e queijo – apresentação assado, tamanho médio (38 gr und.)	Kg	12	26,90	R\$ 322,80
07	Pão de cachorro quente, tamanho grande	Uni	700	0,60	R\$420,00
VALOR TOTAL (R\$): 8.690,80 (oito mil seiscentos e noventa reais e oitenta centavos)					

Valor por extenso:

Validade deste orçamento:

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

4.1 O futuro contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua assinatura

4.2 Os produtos deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável.

4.3 Os produtos oferecidos pelas licitantes deverão constar obrigatoriamente à marca.

4.4 No valor global da proposta apresentada deverão está incluídos todos os **IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS**, pertinentes à entrega do objeto. Caso seja necessária a troca dos produtos, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

4.5 Os itens estarão sujeitos à aceitação, a qual caberá o direito de recusar, caso os itens não estejam de acordo com o especificado.

4.6. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do material.

4.7 A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade dos itens solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.

4.8 Os itens deverão ser de primeira qualidade, nunca antes utilizado, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

4.9. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

4.9.1 Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especializações ou quantidades não estejam com as



exigências mencionadas neste documento, a Contratada deverá substituir ou complementar, no prazo de 10 dias corridos, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.2 Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

5.1 O fornecimento será efetuado no prédio da Câmara Municipal, de forma parcelada, em prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da nota de autorização de fornecimento.

5.2 O(s) proponente(s) vencedor(es) deverá(ão) entregar os produtos com a mesma qualidade e marca da proposta. Não será admitida substituição de marca.

Senhora do Porto, 17 de fevereiro de 2022

JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

CNPJ n.º 24156299/0001-36

JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAUJO

REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 009.496.896-96

09
Visto

COTACÃO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de quitandas e outros gêneros de padaria.

1. DADOS DA EMPRESA:

Razão social : PADARIA E CONFEITARIA ESQUINÃO JK LTDA-ME
Nome Fantasia : PADARIA SKINÃO
CNPJ : 01.121.506/0001-11
Endereço : PRAÇA JUSCELINO KUBITSCHEC, Nº 42, CENTRO, GUANHAES
Telefone : 333421-2134
E-mail : padaria_skinao@hotmail.com
Banco nº : ITAU
Agência : 3121
Conta corrente : 12.415-4

2. DADOS DO REPRESENTANTE:

Nome : PALOMA LOPES FERREIRA SILVA
RG : MG-15.722.418
CPF : 117.495.926-65

3. DOS VALORES ORÇADOS

ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL(R\$)
01	Pão francês aproximadamente 50 grs, características: produto fermentado, preparado com farinha de trigo, sal, e agua, que se caracteriza por casca crocante de cor uniforme castanho dourado e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme. (resolução rdc n. 90/2000 da anvisa). entrega conforme solicitação em embalagens plásticas estéreis.	Kg	10	13,50	135,00
02	Pão doce preparado com farinha de trigo especial, óleo e gordura, com textura macia, com sabor variado, com casca macia e cor uniforme, castanha escura, miolo de cor branco, creme de textura fina e uniforme	Kg	10	13,50	135,00
03	Salgados (Mini - Tipo Festa): Variados (Empanados, Espetinho, Coxinhas de Frango, Esfirra, Quibes, pasteis fritos e assados, Enroladinhos, Empadinha, etc).	Unid	9.000,00	0,70	6.300,00
04	Rosca, ingredientes: farinha de trigo, fermento, açúcar e leite, apresentação	Unid	150	12,00	1.800,00

Obs: Revisada na Padaria



	assado. formato tipo trança – recheio leite condensado e côco, tamanho grande.				
05	Bolo redondo vários sabores	Unid	80	13,00	1.040,00
06	Pão de queijo, sabor queijo sem recheio – ingredientes: farinha de trigo, fermento e queijo – apresentação assado, tamanho médio (38 gr und.)	Kg	12	30,00	360,00
07	Pão de cachorro quente, tamanho grande	Uni	700	0,75	525,00
VALOR TOTAL (RS): 10.295,00					

Valor por extenso:

Validade deste orçamento:

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

4.1 O futuro contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua assinatura

4.2 Os produtos deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável.

4.3 Os produtos oferecidos pelas licitantes deverão constar obrigatoriamente à marca.

4.4 No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à entrega do objeto. Caso seja necessária a troca dos produtos, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

4.5 Os itens estarão sujeitos à aceitação, a qual caberá o direito de recusar, caso os itens não estejam de acordo com o especificado.

4.6. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do material.

4.7 A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade dos itens solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.

4.8 Os itens deverão ser de primeira qualidade, nunca antes utilizado, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

4.9. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

4.9.1 Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especializações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste documento, a Contratada deverá substituir ou complementar, no prazo de 10 dias corridos, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.2 Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

Obs: Recebido na Padaria



5.1 O fornecimento será efetuado no prédio da Câmara Municipal, de forma parcelada, em prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da nota de autorização de fornecimento.

5.2 O(s) proponente(s) vencedor(es) deverá(ão) entregar os produtos com a mesma qualidade e marca da proposta. Não será admitida substituição de marca.

Guanhães, 21 de Perereira de 2022

PADARIA E CONFEITARIA ESQUINÃO JK LTDA-ME
CNPJ n.º 01.121.506/0001-11

Obs:

Retirada
na
Padaria



COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de quitandas e outros gêneros de padaria.

1. DADOS DA EMPRESA:

Razão social : PANIFICADORA CONFEITARIA E LANCHONETE KATUTA LTDA
Nome Fantasia : PADARIA KATUTA
CNPJ : 86.679.578/0001-31
Endereço : AV. GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 2983, CENTRO, GUANHAES
Telefone : 3334212030
E-mail : padariakatuta@gmail.com
Banco nº : BRASIL
Agência : 0397-2
Conta corrente : 22487-1

2. DADOS DO REPRESENTANTE:

Nome : ANTONIO JAO PIMENTA LOPES
RG : MG4861245
CPF : 669.757.786-04

3. DOS VALORES ORÇADOS

ITEM	PRODUTO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL(R\$)
01	Pão francês aproximadamente 50 grs, características: produto fermentado, preparado com farinha de trigo, sal, e agua, que se caracteriza por casca crocante de cor uniforme castanho dourado e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme. (resolução rdc n. 90/2000 da anvisa). entrega conforme solicitação em embalagens plásticas estéreis.	Kg	10	19,15	191,50
02	Pão doce preparado com farinha de trigo especial, óleo e gordura, com textura macia, com sabor variado, com casca macia e cor uniforme, castanha escura, miolo de cor branco, creme de textura fina e uniforme	Kg	10	19,15	191,50
03	Salgados (Mini - Tipo Festa): Variados (Empanados, Espetinho, Coxinhas de Frango, Esfirra, Quibes, pasteis fritos e assados, Enroladinhos, Empadinha, etc).	Unid	9.000,00	1,25	11.250,00
04	Rosca, ingredientes: farinha de trigo, fermento, açúcar e leite, apresentação	Unid	150	9,95	1.492,50

	assado. formato tipo trança – recheio leite condensado e côco, tamanho grande.				
05	Bolo redondo vários sabores	Unid	80	19,90	1.592,00
06	Pão de queijo, sabor queijo sem recheio – ingredientes: farinha de trigo, fermento e queijo – apresentação assado, tamanho médio (38 gr und.)	Kg	12	41,90	502,80
07	Pão de cachorro quente, tamanho grande	Uni	700	2,00	1.400,00
VALOR TOTAL (RS): 16.620,30 - dezesseis mil seiscentos e vinte reais e trinta centavos.					

Valor por extenso: dezesseis mil seiscentos e vinte reais e trinta centavos
 Validade deste orçamento: 30 dias

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

4.1 O futuro contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da sua assinatura

4.2 Os produtos deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável.

4.3 Os produtos oferecidos pelas licitantes deverão constar obrigatoriamente à marca.

4.4 No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à entrega do objeto. Caso seja necessária a troca dos produtos, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

4.5 Os itens estarão sujeitos à aceitação, a qual caberá o direito de recusar, caso os itens não estejam de acordo com o especificado.

4.6. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do material.

4.7 A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade dos itens solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.

4.8 Os itens deverão ser de primeira qualidade, nunca antes utilizado, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

4.9. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

4.9.1 Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especializações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste documento, a Contratada deverá substituir ou complementar, no prazo de 10 dias corridos, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.2 Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:



5.1 O fornecimento será efetuado no prédio da Câmara Municipal, de forma parcelada, em prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da nota de autorização de fornecimento.

5.2 O(s) proponente(s) vencedor(es) deverá(ão) entregar os produtos com a mesma qualidade e marca da proposta. Não será admitida substituição de marca.

Guanhães, 15 de fevereiro de 2022

PANIFICADORA CONFEITARIA E LANCHONETE KATUTA LTDA

CNPJ n.º 86.679.578/0001-31

ANTONIO JAO PIMENTA LOPES

Representante legal

CPF: 669.757.786-04 - RG MG - MG4861245





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696
CNPJ: 24.156.299/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:12:42 do dia 22/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/08/2022.

Código de controle da certidão: **9911.DDDE.10BB.902F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

16
 [Handwritten signature]
 [Stamp]

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
22/02/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
23/05/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002703198.00-03

CNPJ/CPF: 24.156.299/0001-36

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA MONSENHOR JOSE COELHO

NÚMERO: 130

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 39745000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: SENHORA DO PORTO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000525743037



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO
MINAS GERAIS**

Certidao Negativa de Debitos Municipais

Nº 0000019 / 2022

DADOS

NOME/RAZAO SOCIAL: JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

CNPJ nº: 24.156.299/0001-36

INSC. ESTADUAL:

INSC. MUNICIPAL:

Codigo Contribuinte: 0000657

ENDERECO

RUA PRACA MONSENHOR JOSE COELHO, Nº 130 - - CENTRO - SENHORA
DO PORTO - MG - CEP: 39745000

Ressalvando o direito da Secretaria Municipal de Fazenda cobrar quaisquer dividas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, e certificado nao constar, ate esta data debitos em seu nome relativas a tributos municipais.
Esta certidao refere-se exclusivamente a situacao do contribuinte no ambito deste Departamento de Tributos Municipais.

FINALIDADE DA CERTIDAO:

PARA OS FINS QUE SE FIZEREM NECESSARIOS

SENHORA DO PORTO (MG), 18 de Fevereiro de 2022

18.307.504/0001-14

PREFEITURA MUNICIPAL

Assinatura Sob Carimbo

Praca Monsenhor Jose Coelho, 135

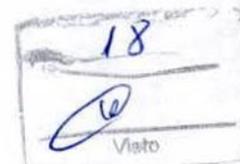
Centro - CEP 39.745-000

Senhora do Porto

MG

Qualquer rasura invalida a certidao.

O PRESENTE TERA O PRAZO DE VALIDADE ATE: 18/05/2022

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.156.299/0001-36

Razão Social: JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

Endereço: PC MOSENHOR JOSE COELHO 130 / CENTRO / SENHORA DO PORTO / MG / 39745-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/02/2022 a 23/03/2022

Certificação Número: 2022022215142641317987

Informação obtida em 22/02/2022 15:14:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696 (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.156.299/0001-36
Certidão n°: 6262867/2022
Expedição: 22/02/2022, às 15:15:05
Validade: 21/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **24.156.299/0001-36**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: OSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

CNPJ: 24.156.299/0001-36

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

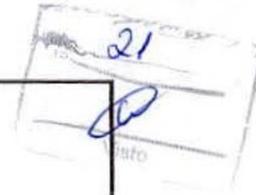
Certidão solicitada em 22 de Fevereiro de 2022 às 15:25

GUANHÃES, 22 de Fevereiro de 2022 às 15:25

Código de Autenticação: 2202-2215-2555-0996-7645

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.156.299/0001-36 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/02/2016
NOME EMPRESARIAL JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)		
LOGRADOURO PC MONSENHOR JOSE COELHO	NÚMERO 130	COMPLEMENTO *****
CEP 39.745-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SENHORA DO PORTO
UF MG	ENDEREÇO ELETRÔNICO setec.fiscal1@hotmail.com	
TELEFONE (33) 8845-5659		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/02/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/02/2022 às 15:15:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Identificação

Nome Empresarial

JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO 00949689696

Nome do Empresário

JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO

Nome Fantasia

Capital Social

3.500,00

Número Identidade

8048335

Orgão Emissor

SSP

UF Emissor

MG

CPF

009.496.896-96

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

12/02/2016

Número de Registro

CNPJ

24.156.299/0001-36

Endereço Comercial

CEP

39745-000

Logradouro

PRACA MONSENHOR JOSE COELHO

Número

130

Bairro

CENTRO

Município

SENHORA DO PORTO

UF

MG

Atividades

Data de Início de Atividades

12/02/2016

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Padeiro(a) independente

Atividade Principal (CNAE)

10.91-1/01 - Fabricação de produtos de panificação

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de produtos de panificação

Atividades Secundárias (CNAE)

47.21-1/02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda

Confeiteiro(a) independente

10.91-1/02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria

Proprietário(a) de casa de chá, independente

56.11-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>.

Certificado emitido com base na Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>.

Número do Recibo
ME92026584

Número do Identificador
00000949689696

Data de Emissão
22/02/2022



24
O



05

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

009.496.896-96

JOSE ANTONIO DE CASTRO ARAUJO
12/12/1960

3007196



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 04/2022

DIVINO VIEIRA DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**, com fulcro nos artigos 34, inciso I, c/c artigo 35, incisos II e VI, c/c artigo 98 inciso II, letra d, c/c artigo 27, todos da Lei Orgânica Municipal de Senhora do Porto, e com âncoras no Regimento Interno da Câmara Municipal, nos seus artigos 62, c/c artigo 63, inciso II, c/c artigo 76, inciso I, os Membros abaixo relacionados, para comporem a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO**, para o exercício e atribuições previstas na forma da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, a partir desta data, assim constituída, sem remuneração pecuniária pelo exercício do cargo:

Presidente: **Wenderson Pires Figueiredo**, brasileiro, solteiro, comerciante, residente nesta urbe, exerce o cargo de Vereador a esta Câmara Municipal, portador do CPF nº 090.735.016-01.

Membro: **Alex das Dores de Lima Chaves**, brasileiro, solteiro, funcionário público, residente nesta urbe, exerce o cargo de Vereador a esta Câmara Municipal de Senhora do Porto, portador do CPF 074.515.876-57.

Relator: **Lourival Pires Filho**, brasileiro, casado, produtor rural, residente nesta urbe, exerce o cargo de Vereador a esta Câmara Municipal, portador do CPF nº 449.089.626-34.

Art. 2º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor e efeitos nesta data infra de sua publicação no Quadro de Avisos próprios da Câmara Municipal de Senhora do Porto.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Senhora do Porto, MG, em 20 de janeiro de 2022.

Divino Vieira da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto

PUBLICAÇÃO NO QUADRO DE AVISOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO
em 20/01/22
Prestadores:



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Senhor Presidente da Câmara,

Em atendimento a requisição oriunda do seu Gabinete para Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, através da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, por dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93), solicita de V.S.^a que seja a mesma formalmente autorizada nos moldes previstos na Lei 8.666/93 e suas modificações, cujo valor é de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos). Que está abaixo daqueles valores praticados no mercado, conforme pesquisa realizada.

Senhora do Porto (MG), 22 de fevereiro de 2022.



Presidente da CPL

DESPACHO

Nos termos da Lei, determino que seja o presente Processo autuado, protocolado e numerado e autorizo a abertura do mesmo por dispensa de licitação, observada a Lei em vigor.

Senhora do Porto (MG), 22 de fevereiro de 2022.


DIVINO VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



AUTUAÇÃO

Aos 22 (vinte dois) dias do mês de fevereiro de 2022 (vinte dois de fevereiro de dois mil e vinte e um), nesta repartição, autuei, protocolei e numerei os documentos que instrui.

Eu, Isidoro Pires Figueiredo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, escrevi e subscrevi.



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2022
DISPENSA Nº. 005/2022

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

À: Contabilidade
Data: 22/02/2022

Prezado Senhor,

Tendo em vista a requisição do Sr. Presidente objetivando a contratação da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, por dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93), Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, solicito de V.S.^a a fineza de informar se há disponibilidade de ordem financeira para fazer face as despesas referentes ao objeto supra citado, bem como a indicação da específica dotação orçamentária, ressaltando que o valor da aquisição é de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

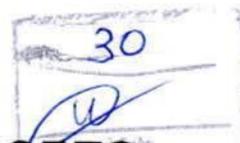
Atenciosamente,

Presidente da CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Para: Comissão Permanente de Licitação

Data: 23/02/2022

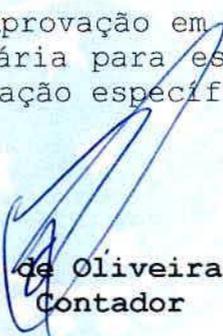
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- ✓ 01.01.031.0001.2124.3.3.90.30.00- Material de Consumo -
Ficha 016

FINALIDADE:

Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificados, através da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, por dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93), no valor de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Informamos, para fins de comprovação em procedimento licitatório, que existe dotação orçamentária para este determinado fim e que os recursos referentes à dotação específica estão à disposição.


Leandro de Oliveira Lima
Contador



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



REQUISIÇÃO DE PARECER JURÍDICO

Para: Jurídico
Data: 23/02/2022

À Assessoria Jurídica,

Tendo em vista a requisição do Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificados, através da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, por dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93) (vide anexo I que acompanha a presente solicitação), pedimos seja emitido parecer jurídico acerca da possibilidade de se promover a contratação pleiteada pelo Sr. Presidente.

Atenciosamente,



Presidente da CPL



PARECER JURÍDICO

Processo n°. 006/2022

Modalidade: Dispensa n° 005/2022

Ementa: Direito Administrativo. Licitações. Dispensa. Aquisição de produtos de panificação. valor inferior ao mínimo legal. Ausência de acúmulo de objetos.

Considerações Legais

Trata o presente processo administrativo acerca da solicitação do senhor Presidente desta Casa, objetivando contratação de empresa para fornecimento de produtos de panificação (pão francês, pão doce, salgados, rosca, bolo, pão de queijo e pão para cachorro quente). Referida pretensão tem como escopo contratação por dispensa considerando que, os valores referenciados na cotação encontram-se abaixo do mínimo considerado obrigatório para formulação de licitações.

Isto posto, foi solicitado que esta assessoria jurídica se pronunciasse sobre a contratação ora em tela.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

01. O processo de contratação que se pretende é inerente à dispensa de licitação, na sua forma preconizada no art. 24, II, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.
02. Formalizado o processo, foram os autos encaminhados a secretaria que providenciou os orçamentos, posteriormente a contabilidade que apontou as dotações orçamentárias vigentes e foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que emitiu parecer favorável à realização da despesa. Ato contínuo, houve por bem solicitar a opinião deste órgão de assessoramento jurídico no que diz respeito à instrumentação legal da contratação da empresa **JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAÚJO CNPJ: 24.156.299/0001-36** com base no inciso II do art. 24, da Lei 8.666/93, mediante dispensa de licitação, para fornecimento de produtos (gêneros alimentícios derivados de panificação a serem utilizados no consumo interno desta Casa ao longo do exercício de 2022.
03. O tema posto a análise não comporta maiores digressões, posto que de fácil entendimento que a hipótese vivenciada nos presentes autos encontra-se disciplinada no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações, sendo certo que a contratação da empresa **JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAÚJO CNPJ: 24.156.299/0001-36** pode, perfeitamente se dar por dispensa de licitação, na forma prevista no inciso supramencionado, posto que a referida contratação não ultrapassa os limites que disciplina o inciso II do art. 24 da Lei de Licitações.
05. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles definiu a licitação: *“Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.”*
06. A Constituição Federal acolheu a presunção de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porquanto assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância dos princípios, como isonomia e



impessoalidade. Todavia, o art. 37, XXI, da CF, limita essa presunção, permitindo a contratação direta sem a realização de certame nas hipóteses ressalvadas na legislação. Desse modo, a contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais.

07. Ressalte-se, ainda, que a contratação direta, sem a realização de licitação, não é sinônimo de contratação informal, não podendo a Administração contratar quem quiser, sem as devidas formalidades. Visando impedir a fraudulenta utilização dos dispositivos que autorizam a contratação direta, o administrador deverá cumprir alguns requisitos, tais como identificação da necessidade, fixação do objeto, definição de recursos orçamentários.
08. No caso presente, os requisitos para dispensa de licitação encontram-se presentes e respaldados pela legislação pertinente, senão vejamos:

“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I e III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; Destaque nosso.

10. Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo. Neste sentido, o renomado Jessé Torres Pereira Júnior: “*As hipóteses de dispensabilidade do art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade.*”
11. No caso em questão, o valor a ser contratado para execução dos serviços pretendidos perfazem o montante de **R\$: 8.690,80 (oito mil seiscentos e noventa reais e oitenta centavos)** para a totalidade da aquisição. Assim, temos expressamente atendidos o art. 24, da Lei 8.666/93, bem como, o processo de dispensa, aos demais requisitos legais, inclusive com o número mínimo de orçamentos para atender ao parâmetro de preços do mercado.
12. Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, posto que, os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir.
13. Diante do exposto, sou de parecer favorável à contratação da empresa **JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO ARAÚJO CNPJ: 24.156.299/0001-36** a título de fornecimento de produtos de panificação mediante dispensa de licitação, na conformidade do inciso II, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.



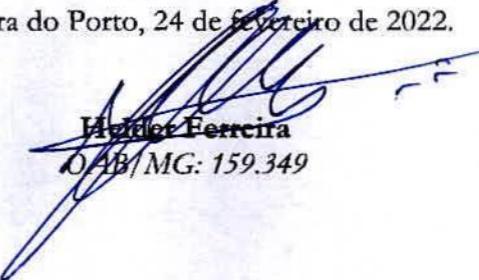
Helder Ferreira
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA



14. Por fim pertinente ressaltar o caráter opinativo e não vinculativo deste parecer.

Este é o parecer. S.M.J.

Senhora do Porto, 24 de fevereiro de 2022.


Helder Ferreira
OAB/MG: 159.349



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n.º 006/2022

Dispensa n.º 005/2022

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Senhora do Porto/MG decidiu pela Dispensa de Licitação para Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado.

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" e no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços de pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para aquisição de bens for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 1º, do aludido Decreto, qual seja: R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

Dessa forma, com a alteração promovida pelo Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos termos do Art. 24, Inc. II, c/c o Art. 23, Inc. II, "a", o limite do valor para dispensa de licitação foi majorado para R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Das três cotações realizadas, a empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696** apresentou o menor valor dentre os proponentes consultados, sendo seu valor global de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Nota-se que o valor da contratação é bem inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para contratação de serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Administração Municipal.

Nas palavras do Doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)

A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através da Consulta nº 812.005, publicada na sua Revista oficial, ratifica a desnecessidade da publicação da Ratificação do ato de dispensa de licitação na Imprensa Oficial:

CONSULTA N. 812.005 - EMENTA: Consulta — Prefeitura Municipal — Hipótese de inexigibilidade de licitação — Opção pelo procedimento de dispensa de licitação nos casos previstos pelo art. 24, I e II, da Lei n. 8.666/93 — Possibilidade — Desnecessidade de ratificação do ato de dispensa pela autoridade superior e de sua publicação em órgão oficial de imprensa — Princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade — Necessidade de motivação do ato.

Não obstante, a contratação direta com fulcro nos dispositivos supracitados não autoriza o descumprimento de formalidades prévias, principalmente a verificação da necessidade e da conveniência da contratação e a disponibilidade dos recursos públicos. Nesse sentido, o art. 26 da Lei n. 8.666/93 especifica as medidas a serem adotadas pela Administração para os casos de contratação sem licitação, determinando a composição de um processo que formalize essa pactuação:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I — caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II — razão da escolha do fornecedor ou executante;

III — justificativa do preço;

IV — documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Da análise do dispositivo acima transcrito, constata-se que para as despesas de pequeno valor, nos termos do art. 24, I e II, da Lei n. 8.666/93, a Administração pode desobrigar-se das formalidades de ratificação do ato de dispensa pela autoridade superior e de sua publicação na imprensa oficial, haja vista a simplicidade e a pequena relevância dessas contratações.

Isso porque o legislador entendeu que o valor da contratação, abaixo de R\$8.000,00 para serviços e de R\$15.000,00 para obras e serviços de engenharia, não justifica o dispêndio de parcela significativa de recursos em rigorosos e minuciosos mecanismos de controle. Assim, em observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 24 da Lei de Licitações, o gestor pode abster-se da publicação do ato de dispensa em órgão oficial de imprensa, uma vez que os custos para essa publicação podem até ser superiores ao valor da despesa contraída.

Interpretando a Lei n. 8.666/93 de forma sistêmica, conclui-se que as contratações de serviços e as compras no valor de até R\$8.000,00 merecem ser fundamentadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, ainda que se enquadrem na hipótese de inexigibilidade de licitação, pois para gastos de tais valores não se justifica a adoção de procedimentos administrativos mais complexos. Não é por acaso que as modalidades de licitação tomam-se mais minuciosas à medida que os valores contratados se elevam, pois para aquisições de grande vulto faz-se necessária a observância de rigorosos mecanismos de controle do dinheiro público.

A desnecessidade da publicação da Ratificação do ato de dispensa de licitação na Imprensa Oficial é também escopo da Orientação Normativa nº 34 da Advocacia-Geral da União:



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Ementa: "AS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE (ART. 25) E DISPENSA DE LICITAÇÃO (INCISOS III E SEGUINTE DO ART. 24) DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM AQUELES FIXADOS NOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA MESMA LEI, DISPENSAM A PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA, EM VIRTUDE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA, SEM PREJUÍZO DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS ELETRÔNICOS DE PUBLICIDADE DOS ATOS E DA OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS REQUISITOS DO ART. 26 E DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO, RESPEITANDO-SE O FUNDAMENTO JURÍDICO QUE AMPAROU A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE."

Advogado-Geral da União

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

Data: 13/05/2011

Assim sendo atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea "a", e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa para ratificação e indicamos a contratação da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, por ter cotado o menor preço.

Senhora do Porto/MG, 24 de FEVEREIRO de 2022.


Presidente da Comissão Permanente de Licitações



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA DE ANÁLISE DE SITUAÇÃO DA DISPENSA AO CERTAME LICITATÓRIO

Processo n.º 006/2022
Dispensa n.º 005/2022

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificados.

Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois às dez horas, no prédio da Câmara Municipal de Senhora do Porto/MG, foi instalada a sessão para análise da configuração de dispensa de licitação conforme requerimento apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara e devidamente demonstrado no decorrer deste minúsculo feito, sendo que a Comissão Permanente de Licitação foi unânime em decretar o enquadramento da situação à norma disposta no Art. 24, Inciso II da Lei de Licitações para contratação da empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, no valor de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos). O proponente apresentou todos os documentos necessários para uma regular habilitação, que foi observado às normas mínimas dispostas no Processo, estando assim presentes todos os pressupostos básicos para a ratificação do ato pelo Senhor Presidente da Câmara e posterior contratação. O preço ofertado é o de mercado conforme foi devidamente demonstrado no decorrer do feito e averiguado pela Comissão de Licitação. Nada mais havendo foi encerrado a fase processual, cuja ata lida e aprovada, segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.



Presidente da Comissão Permanente de Licitações



Secretário da Comissão Permanente de Licitações



Membro da Comissão Permanente de Licitações



DIVINO VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n. ° 006/2022

Dispensa n. ° 005/2022

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Declaro como dispensável a licitação, com base no art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93, a favor de **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, no valor de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos), tendo presente o constante dos autos.

Submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n.º 006/2022
Dispensa n.º 005/2022

PARECER DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO

O Serviço de Controle Interno, no uso de suas atribuições, após a análise do presente certame licitatório, emite Parecer Favorável pela realização da despesa, haja vista terem sido cumpridos todos os procedimentos necessários para sua legalização, sendo que, foram atendidos os pressupostos existentes na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações Públicas, Lei 4.320/64 e demais disposições aplicáveis à matéria.

Igualmente, fora certificado a correta externização dos atos administrativos, com a correta publicação em local próprio estabelecido na Lei Orgânica Municipal e Lei de Licitações do Termo de Ratificação da Dispensa da Licitação.

A situação aqui disposta refere-se Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, fato este que se encontra disciplinado pelo Art. 24, Inciso II da Lei de Licitação.

E dessa forma, sendo favorável à ratificação da dispensa e pela realização da despesa.

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

Renildo Bermano da Silva
Serviço de Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n. ° 006/2022
Dispensa n. ° 005/2022

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, Inciso II, em favor de **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, para Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, no valor de R\$ R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos), face ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n.º 006/2022
Dispensa n.º 005/2022

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 com suas modificações, HOMOLOGA para todos os efeitos legais o Processo Administrativo Nº 006/2022 - Dispensa nº 005/2022, referente à Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, pelo valor total de R\$ R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos) e adjudico o objeto ao licitante conforme descrição abaixo.

Dispensa nº 005/2022

Licitante: JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696

Valor: R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n.º 006/2022
Dispensa n.º 005/2022

DECLARAÇÃO FORMAL DO ORDENADOR DA DESPESA

Pelo presente instrumento, a Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto/MG, Sr. **DIVINO VIEIRA DA SILVA**, no pleno uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente em seu Art. 16, DECLARA, sob as penas da lei, que o aumento está compatibilizado às três instâncias básicas do processo orçamentário: a lei orçamentária, a Lei de Diretrizes e a Lei do Plano Plurianual.

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO

Referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2022
Dispensa nº 005/2022

Autorizo à contratação por Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado.

Ordeno a Comissão Permanente de Licitação, Departamento de Fazenda e Contabilidade que proceda à formalização do contrato respectivo empenhamento dos recursos na dotação orçamentária específica, para que esta adjudicação produza seus jurídicos e legais efeitos, mando que se dê ciência aos interessados, observada as prescrições legais pertinentes.

Senhora do Porto/MG, 24 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTRATO Nº 005/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2022

DISPENSA Nº 005/2022

“Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado”.

Pelo presente instrumento de contrato, que entre si fazem, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.828.047/0001-07, com sede na Rua Joel Augusto de Almeida, nº107, Centro, Senhora do Porto/MG, neste ato representado por seu Presidente vereador DIVINO VIEIRA DA SILVA, doravante designada CONTRATANTE e a empresa **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, com sede à praça monsenhor José coelho, nº 130, centro, CEP: 39.745-000 Senhora do Porto – MG. Tel./Fax: (33) 8845-5659- CNPJ nº 24.156.299/0001-36, neste ato representado por seu representante Sr. Jose Antônio Castro Araújo, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATADA, com fundamento nos dispositivos da Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações têm entre si como justo e contratado o que vem especificado nas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a para Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificado, conforme características dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 2ª - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO DE DURAÇÃO.

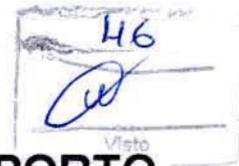
2.1. Pelo integral cumprimento deste contrato, a contratante pagará a contratada o valor de R\$ 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos), conforme a discriminação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID	VALOR	TOTAL
01	PÃO FRANCÊS APROXIMADAMENTE 50 grs CARACTERÍSTICAS: PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO, SAL, E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCO CREME, DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME (RESOLUÇÃO RDC n. 90/2000 DA ANVISA) ENTREGA CONFORME SOLICITAÇÃO EM EMBALAGENS PLASTICAS ESTEREIS	10	KG	12,90	R\$ 129,00
02	PÃO DOCE PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÓLEO E GORDURA, COM TEXTURA MACIA, COM SABOR VARIADO, COM CASCA MACIA DE COR UNIFORME, CASTANHA ESCURA, MIOLO DE COR BRANCO, CREME DE TEXTURA FINA	10	KG	12,90	R\$ 129,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



	E UNIFORME.				
03	SALGADOS (MINI – TIPO FESTA): VARIADOS (EMPANADOS, ESPERTINHO, COXINHAS DE FRANGO, ESFIRRA, QUIBES, PASTEIS FRITOS E ASSADOS, ENROLADINHOS, EMPADINHA ETC).	9.000,00	UND	0,65	R\$ 5.850,00
04	ROSCA, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO, AÇUCAR E LEITE, APRESENTAÇÃO ASSADO, FORMATO TIPO TRANÇA – RECHEIO LEITE CONDENSADO E CÔCO, TOMANHO GRANDE.	150	UND	8,00	R\$ 1.200,00
05	BOLO REDONDO VÁRIOS SABORES	80	UND	8,00	R\$ 640,00
06	PÃO DE QUEIJO, SABOR QUEIJO SEM RECHEIO – INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO E QUEIJO – APRESENTAÇÃO ASSADO, TAMANHO MÉDIO (38 gr und.)	12	KG	26,90	R\$ 322,80
07	PÃO DE CACHORRO QUENTE, TAMANHO GRANDE	700	UND	0,60	R\$ 420,00
Total					8.690,80

2.2. O valor total do contrato será fracionado de acordo com a sua execução, devendo tal pagamento ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

2.3. O pagamento será efetuado, somente após respectiva apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente discriminada, em nome da Câmara Municipal de Senhora do Porto, atestada por servidor designado.

2.4. O início do contrato será no dia de sua assinatura, sendo sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado, até o limite permitido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações; se assim convier às partes.

2.5. Os itens deverão ser de primeira qualidade, nunca antes utilizado, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.

CLÁUSULA 3º - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária específica para a finalidade a que se destina, qual seja, a de número:

✓ 01.01.031.0001.2124. 3.3.90.30.00- Material de Consumo -
Ficha 016



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA 4ª - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração ou Comissão designada para tal.

4.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas e / ou defeitos observados.

CLÁUSULA 5ª - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 Serão de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Solicitar à Contratante todas as informações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços.
- b) Manter contato direto e permanente com o representante da CONTRATANTE, atendendo prontamente às suas determinações.
- c) Toda e qualquer indenização em decorrência de danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão da CONTRATADA ou de terceiros a essa relacionada, bem como pela inobservância ou infração de disposições legais, regulamentares ou posturas vigentes.
- d) Dotar seus empregados de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, conforme determinação da legislação e normas de convenção ou acordo coletivo do trabalho.

5.2. A CONTRATADA exonera a CONTRATANTE de qualquer ônus decorrente de acidente sofrido por seus empregados ou prestadores de serviços no desempenho dos serviços objeto deste instrumento, bem como, de direitos e obrigações trabalhistas de sua responsabilidade.

5.3. Declara a CONTRATADA que exime a CONTRATANTE, desde já, e em qualquer época, de quaisquer ônus e despesas decorrentes de responsabilidade civil, penal e outras, inclusive as relativas aos profissionais envolvidos na realização dos serviços aqui contratados; a CONTRATADA exime ainda a CONTRATANTE, desde já, e em qualquer época, de todos os ônus e despesas oriundas de acidentes, inclusive acidentes de trabalho, relativos aos profissionais envolvidos nos serviços aqui pactuados, bem assim de todos os ônus e despesas fiscais e tributárias, fundiárias, trabalhistas, previdenciárias, sociais e outras.

5.4. Não se responsabiliza a CONTRATANTE pelo pagamento de férias, descanso semanal remunerado, horas correspondente a feriados e licença para tratamento de saúde, gala ou nojo; a CONTRATANTE também não se responsabiliza pelo pagamento de quaisquer outras vantagens trabalhistas ou indenização por dispensa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



5.5. É a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo pagamento, a seus empregados de salários, respondendo também por todas as exigências da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, não havendo entre ela mesma e a CONTRATANTE qualquer vínculo de solidariedade ou subsidiariedade; nenhuma vinculação há, também, entre os seus empregados e a CONTRATANTE e entre os empregados desta e aquela, correndo sempre por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com indenizações e rescisões, em função das relações decorrentes deste contrato.

5.6. Obriga-se também a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, no todo, as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente as da CLT, na redação que lhe deu a Lei nº 6.514/77, e a Portaria nº 3.214/78 e suas atualizações, devendo fazer com que seus empregados, contratados e relacionados, quando envolvidos com os serviços previstos no presente contrato, usem e conservem os equipamentos de segurança coletivos, individuais e gerais.

5.7. Na hipótese de eventual inadimplência das obrigações trabalhistas ou previdenciárias da CONTRATADA, relativamente aos seus respectivos funcionários alocados na execução dos serviços objeto deste Contrato, fica desde já expressamente declarado não existir qualquer vínculo ou responsabilidade solidária ou subsidiária entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

5.8. No caso de ser a CONTRATANTE incluída em qualquer processo administrativo ou judicial decorrente de inadimplência trabalhista, previdenciária ou tributária da CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE fazer retenção de parcela ou parcelas ainda devidas pelos serviços da CONTRATADA, até a conclusão do respectivo processo, para o fim de satisfazer eventual condenação transitada em julgado ou as despesas daí decorrentes.

5.9. A retenção acima prevista também poderá ser feita se a CONTRATADA vier a descumprir qualquer cláusula ou condição ora ajustada; a retenção aqui prevista perdurará até que a CONTRATADA haja regularizado a situação ou até que haja ressarcido a CONTRATANTE as eventuais despesas decorrentes dos atos que deram origem à retenção.

5.10. Caso a CONTRATADA execute qualquer ação que dê causa à retenção de recebíveis supracitada, a CONTRATANTE emitirá notificação concedendo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para eliminar as transgressões contratuais notificadas, não havendo a eliminação das falhas, a CONTRATANTE poderá executar a retenção de recebíveis.

5.11. Caso, na data da condenação ou da despesa, todos os pagamentos já tenham sido realizados, fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir a CONTRATANTE os valores desembolsados por esta, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da apresentação da conta pela CONTRATANTE, sob forma corrigida, à base do IGP-M, e acrescidos de juros mensais de 1% (um por cento) e multa apelatória de 10% (dez por cento) sobre os totais já corrigidos e acrescidos dos juros; neste ressarcimento serão incluídas,



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



principalmente, as despesas com os honorários advocatícios ou periciais, custas, viagens, alimentação e estada dos profissionais envolvidos na defesa dos interesses da CONTRATANTE.

5.12. A CONTRATADA tomará medidas eficazes no sentido de garantir que suas atividades sejam desenvolvidas dentro dos padrões éticos e socialmente adequadas, não permitindo que seus prepostos ou contratados violem, sem a isso se limitar: a legislação trabalhista, de medicina e segurança do trabalho, fiscal, previdenciária e ambiental.

5.13. Também não será tolerada pela CONTRATANTE a utilização de mão-de-obra infantil em desacordo com as normas pertinentes.

5.14. Caso seja constatada qualquer infração às disposições ora tratadas, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias para saná-la, de modo definitivo, sob pena de rescisão do presente contrato por justo motivo.

CLAUSULA 6ª - DA RESCISÃO

6.1. O contrato ficará de pleno direito rescindido, em caso de:

- a) Inexecução total ou parcial (arts. 77 e 78 da lei 8.666/93), ficando a administração com o direito de retomar os serviços e aplicar multas no contrato (art. 55, inciso IV) da citada lei, além de exigir, se for o caso indenização.
- b) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazo;
- c) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazo;
- d) A lentidão de seu cumprimento, levando a administração/contratante a comprovar a.
- e) Impossibilidade de manter o serviço;
- f) Outros com fundamento na conveniência e oportunidade da Administração.

6.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

6.3. A rescisão do contrato será:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração/contratante, nos casos relacionados no item 6.1;
- b) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência pra a Administração/contratante.
- c) Judicial.

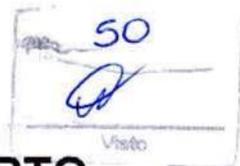
CLÁUSULA 7ª - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

7.1 As partes contratantes obrigam-se ao bom e fiel cumprimento do presente, sendo certo, todavia, que o presente contrato não poderá ser cedido, transferido ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



subcontratado para terceiros, total ou parcialmente, sem prévio consentimento da parte contratante.

CLÁUSULA 8ª - DAS PENALIDADES

8.1. À contratada poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- b) Pelo atraso: multa de 0,1% ao dia de atraso, do valor total do contrato, admitindo-se no máximo 10 (dez) dias consecutivos de atraso, contados da data em que se deveria cumprir a obrigação, após o que ficará caracterizada inexecução total ou parcial do contrato.
- c) Outras penalidades previstas na Lei n 8.666/93, de acordo com os prejuízos causados à contratante.

CLÁUSULA 9ª - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Correrá por conta da contratante a publicação do extrato de contrato no local de costume, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA 10ª - FORO

10.1. Fica eleito o foro de Comarca de Guanhães/MG, com a exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato. E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Senhora do Porto, 24 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696
CNPJ: n° 24.156.299/0001-36
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - *Maria Elizabete da N S*
CPF: *680246906-59*

2 - *Cleuzimar da Silva*
CPF: *119.560.436-08*



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n. ° 006/2022

Dispensa n. ° 005/2022

EXTRATO DO CONTRATO

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO x JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos panificados.

DATA DO CONTRATO: 24/02/2022

VALOR DO CONTRATO: 8.690,80 (oito mil duzentos e seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.031.0001.2124. 3.3.90.30.00-
Material de Consumo – Ficha 016

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Câmara Municipal, no prazo legal.

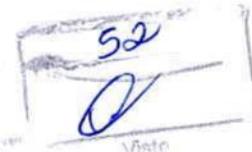


Presidente da CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE SENHORA DO PORTO

CEP-39.745-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo n.º 006/2022

Dispensa n.º 005/2022

ORDEM DE SERVIÇOS

A JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696

A Câmara Municipal de Senhora do Porto/MG, baseada na homologação do processo licitatório em epígrafe, ordena a **JOSE ANTONIO CASTRO ARAUJO 00949689696**, a prestar os serviços referentes ao objeto licitado conforme relacionado na proposta apresentada e acordado em contrato administrativo.

Senhora do Porto/MG, 25 de fevereiro de 2022.

DIVINO VIEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Senhora do Porto